

COLÉGIO ESTADUAL WILSON JOFFRE – ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E NORMAL E PROFISSIONALIZANTE

PLANO DE ENSINO - PERÍODO LETIVO/ANO 2008

1. IDENTIFICAÇÃO

- 1.1 NOME DO CURSO: Técnico em Administração**
- 1.2 PROFESSORA: Ana Maria Marques Palagi**
- 1.3 DISCIPLINA: Noções de Direito e Legislação Social do Trabalho**
- 1.4 SÉRIE: 2º Semestre/2008**
- 1.5 MODALIDADE: Semestral**
- 1.6 TURNO: Noturno**

2. EMENTA (Constante no PPP vigente)

Noções de Ordenamento Jurídico: Constituição federal, seus direitos e deveres como cidadão, trabalhador e empreendedor.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Direito Comercial; Contratos; Direito de Empresa – Lei n. 10.406 de 22/01/2002; Lei 123 Noções (Super Simples). Noções Direito Ambiental; Noções Direito da criança e adolescente; Noções Direito do Idoso; Noções do direito do Consumidor.

1. Propiciar conhecimentos gerais sobre o ordenamento jurídico e sua utilização no exercício da cidadania e com isso inserindo o educando/trabalhador na sociedade, tendo a educação, o conhecimento como uma totalidade social, integrando os conhecimentos entre a teoria-prática, entre o saber e o saber-fazer.

2. Levar o aluno a se situar como sujeito, em uma sociedade, construída por homens em suas relações, e que as leis, o direito positivo emana desta vontade e necessidade humana, por tanto de um projeto coletivo.

Específicos:

1 . Capacitar às relações interdisciplinares dos diversos ramos do Direito (direito Comercial, Contratos, Direito de Empresa), buscando com que o aluno reconheça sua aplicabilidades em sua vida social;

2. Buscar assegurar uma visão global e criticada legislação vigente; sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, Direito do Idoso - assegurando a esses seus direitos; do Consumidor, dando conhecimento das regras de proteção e defesa do consumidor; e Ambiental, no conhecimento das normas jurídicas ambientais estabelecidas pelo Estado.

5. METODOLOGIA

Se a proposta apresentada pela educação profissional toma o TRABALHO como princípio educativo e que deve estar articulado com a ciência, cultura, tecnologia e sociedade, por isso, é necessário uma ligação estreita entre a teoria e a prática, buscando uma práxis humana significativa, onde deverá ser privilegiada a relação teoria/prática e parte/totalidade.

A metodologia adotada necessita levar o aluno a ser um protagonista, transformador das relações sociais e produtivas a partir de sua interpretação, conforme apregoa seus documentos bases, necessário então é se pensar em uma metodologia que assegure a relação teoria/ prática visando esta humanização do educando, com isso então se buscará trabalhar com conteúdos que garantam os saberes selecionados ao mesmo tempo em que sejam significativos aos alunos, com debates, comparações, exemplos práticos do cotidiano, seminários, filmes direcionados, exercícios em sala, pesquisa. Busca-se também nesta proposta metodológica trabalhar com temas articulados com outras disciplinas, tendo como ponto de partida filmes, músicas, poemas comuns dando enfoque ao conteúdo inerente a cada disciplina, podendo assim estabelecer um diálogo.

A metodologia da disciplina tem como norte a construção permanente, por parte do aluno de seus novos saberes, por isso será focado a sistematização do material e a organização encadeada dos conceitos e atividades, representada na forma de avaliação onde o aluno deverá descrever seus saberes no período de abrangência.

Todas as atividades serão disponibilizadas no Xérox da escola bem como enviada por e-mail aos alunos. A disciplina estará se utilizando do espaço virtual do BLOG, do curso PROEJA/TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO.

6 AVALIAÇÃO

A concepção de avaliação da escola¹

A avaliação é um dos aspectos do ensino pelo qual o professor analisa e interpreta os dados da aprendizagem dos alunos e de seu próprio trabalho, aperfeiçoando-o e atribuindo-lhe valores, assegurando assim os aspectos diagnóstico, formativo e somativo da avaliação. Compreendendo que a formação do cidadão deve ser garantida através da socialização, da reconstrução e produção do conhecimento e considerando a avaliação como parte integrante do processo educativo, a Proposta de Avaliação Semestral deste estabelecimento justifica-se pelas seguintes razões:

***I** - A busca de alternativas que oportunizem o avanço e a eficiência do processo de avaliação;*

***II** - A avaliação em seu caráter diagnóstico deve superar a questão quantitativa (nota), resgatando o comprometimento do professor e do aluno com a aprendizagem dos conteúdos.*

***III** - O compromisso do professor em avaliar para a promoção do aluno;*

***IV** - A dificuldade em manter o aluno comprometido com o conteúdo até o final do ano letivo;*

***V** - A evasão prematura de alunos ocasionada por notas baixas e sem perspectivas de recuperação (notas cristalizadas);*

***VI** - A recuperação de conteúdos essenciais como fundamento do trabalho pedagógico para que o significado expresso na nota seja o real;*

***VII** - A nota semestral como representação do máximo e o necessário para o crescimento do aluno.*

Sendo diagnóstica, a avaliação é um meio e não um fim em si mesmo devendo considerar:

***I** - O domínio dos conteúdos essenciais e ou significativos de cada área e ou disciplina;*

***II** - A unidade do trabalho pedagógico em todos os seus níveis;*

¹ Proposta vigente no PPP do Colégio Estadual Wilson Joffre - 2008

III - As condições de análise e tomada de decisão entre professores e alunos;
IV - A reorganização do currículo com adequação de conteúdos e metodologias de ensino;

V - O respeito à individualidade do aluno, considerando seu processo específico de construção e apropriação do conhecimento;

VI - A prática pedagógica do professor;

A avaliação no aspecto formativo fornece informação quanto ao domínio pelo aluno dos conhecimentos significativos, bem como a possibilidade de transformá-los e aplicá-los na sua prática social.

As aferições que serão atribuídas à avaliação devem garantir os seguintes critérios:

I - Os procedimentos devem evitar a comparação dos alunos entre si;

II - Utilização de diferentes metodologias, técnicas e instrumentos avaliativos;

III - Os instrumentos devem ter rigor científico quanto ao conteúdo, instruções e questões com dificuldades graduadas, valores pré-definidos e formas variadas, como:

- Provas escritas;

- Provas orais;

- Pesquisas;

- Trabalho em sala de aula;

- Tarefas;

- Apresentação de trabalhos;

- Desenvolvimento de projetos;

- Participação em atividades extras curriculares.

Utilizando esta forma de avaliação, o professor desfrutará da liberdade em atribuir valores diferenciados a quaisquer e quantas avaliações desejar durante o semestre.

O professor poderá realizar o número de avaliações que desejar ou necessitar e fará no final do semestre o percentual do número de pontos atingidos pelo aluno, sem se prender ao máximo (somatória) ou dar a todas o mesmo valor (aritmética);

Orientações: Pensando a semestralidade, os resultados serão sempre parciais, até o fechamento do mesmo, podendo aumentar ou diminuir dependendo da participação contínua e permanente do aluno nas avaliações propostas e do acompanhamento docente;

O aluno deverá sempre saber em que necessita ser recuperado, por isso deverá saber em que conteúdo está sendo avaliado. Para tanto a avaliação deve conter por escrito, o conteúdo cobrado e o valor atribuído.

Ao aluno cabe registrar as avaliações e seus resultados no "**Boletim Cidadão**" para que ele e seus pais possam monitorar o rendimento escolar.

O registro das avaliações deve conter claramente:

Natureza – o tipo de avaliação (escrita, oral, etc.);

Data – o dia em que a avaliação foi feita ou entregue;

Valor – valor atribuído à avaliação;

Nota – resultado obtido depois da análise do professor;

Diante do texto a média final do aluno é calculada pela **REGRA DE TRÊS**.

A avaliação da aprendizagem, reforçando o já exposto acima, integrará o processo de ensino e guardará íntima relação com a natureza da disciplina e ocorrerá no seu transcorrer observando o atendimento das exigências específicas para cada atividade e prazos estabelecidos para sua execução. As orientações para elaboração das atividades previstas serão explicitadas pelo docente no momento em que as mesmas forem solicitadas, bem como seus respectivos prazos para consecução e entrega. A avaliação das atividades tem como

critérios: a pertinência do conteúdo e das atividades realizadas; reflexão e sistematização e abordagem adequada dos conceitos, capacidade de organização das idéias e sua relação com o cotidiano e cumprimento dos prazos estabelecidos.

AVALIAÇÃO DA DISCIPLINA

CRITÉRIOS:

- Os critérios de avaliação, através de seus instrumentos citados, estão pautados no domínio dos conhecimentos gerais sobre o ordenamento jurídico e sua utilização no exercício da cidadania conseguindo integrar os conhecimentos entre a teoria-prática, entre o saber e o saber-fazer.

- O aluno deverá:

- Situar-se como sujeito na construção dos projetos coletivos;

- Fazer correlações com os diversos ramos do direito e reconhecer sua aplicabilidade em sua vida social;

- Ter uma visão global e criticada legislação trabalhista vigente; sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, Direito do Idoso; do Consumidor, dando conhecimento das regras de proteção e defesa do consumidor; e Ambiental, no conhecimento das normas jurídicas ambientais estabelecidas pelo Estado.

PESOS E INSTRUMENTOS

1ª Avaliação: Valor 100 (trabalho de sistematização, escrita, dos novos saberes)

2ª Avaliação: Valor 100 (atividade realizada em sala, em grupo)

3ª Avaliação Valor 100 (trabalho de pesquisa)

4ª Avaliação Valor 100 (prova escrita)

O aluno que não comparecer na avaliação deverá seguir as normas do Regimento Interno ou Regulamento do Colégio. A avaliação escrita deverá ser entregue ao aluno e comentada todas as questões, retomando os conteúdos não apreendidos pelos alunos. A avaliação paralela deverá ocorrer sempre que diagnosticado a ausência de domínio do conteúdo, ou a pedido do aluno. Os trabalhos deverão ser entregues no dia e prazo estipulado, e só serão aceitos trabalhos em atraso depois de justificado o motivo.

7 LIVRO DIDÁTICO ADOTADO:

Material coletado, elaborado ou sistematizado pelo professor.

8 FORMAS E CRITÉRIOS DE RECUPERAÇÃO DE CONTEÚDO E DE NOTAS:

A recuperação de conteúdos dar-se-á sempre que o aluno apresentar dificuldades, no entanto, mesmo que isso não esteja presente serão retomados constantemente conceitos fundamentais da disciplina e várias situações, já a recuperação de nota se dará pela nova construção das atividades ou nova avaliação escrita após a recuperação do conteúdo.

9 ARTICULAÇÃO DA DISCIPLINA COM OUTRAS (INTERDISCIPLINARIDADE)

Articular a disciplina que se trabalha como titular com as demais possibilita ao aluno articular melhor os conhecimentos formando assim uma rede mais significativa que podemos conceituar como interdisciplinaridade. Ivani Fazenda, ao falar da interdisciplinaridade (2002, p. 31) afirma: “caracteriza-se pela intensidade das trocas entre os especialistas e pela integração das disciplinas num mesmo projeto de pesquisa.”

“A interdisciplinaridade aparece como eixo articulador entre os princípios pedagógicos que estruturam as áreas de conhecimento. Já o sistema de ensino e as escolas, dentro de sua autonomia, devem pensar em um planejamento integrado, sendo a “expressão de um compromisso tácito entre os agentes envolvidos sobre objetivos compartilhados, considerando a especificidade, as necessidades e as demandas de seu corpo docente e discente, criando expressão própria e local ao disposto na base nacional comum” (Fundação Darcy Ribeiro). Justifica-se então pensar em um currículo que contemple disciplinas com objetos comuns de estudo, estabelecendo redes e diálogos” *In Marques Palagi 2004.*

A disciplina então busca se articular com a Língua portuguesa no texto, sua tipologia, gênero, bem como sua interpretação, com história e geografia se dá na construção dos conteúdos no tempo e espaço em que se constituem, ou seja, a evolução do direito positivo, das Leis é a evolução do ser humano, que busca se humanizar. Isso é construção histórica. Necessidades de Leis Ambientais e trabalhistas nascem das novas interpretações que o homem dá a suas ações, contemplados na Filosofia. Os Tributos e Orçamento se relacionam com a matemática, as Leis ambientais estão para a Biologia, enquanto evolução humana diante da necessidade de se estar bem com o seu espaço (geografia).

10 ARTICULAÇÃO DA DISCIPLINA COM O PROJETO: “A AVENTURA DO CONHECIMENTO” CASCAVEL 2050 – UM PROJETO DE SUSTENTABILIDADE” PROPOSTO NO PPP DO COLÉGIO ESTADUAL WILSON JOFFRE

Nome do Subprojeto:

Objetivo:

Articular conteúdos e possibilitar sua efetivação, que oriundos da concepção de educação que permeia a proposta do Colégio devem ser trabalhados, com o projeto “Cascavel 2050 – Um Projeto de Sustentabilidade.”

Estimular a leitura por parte do público a ser atingido bem como estimular a discussão pois alguns direitos e deveres que são propícios à discussões no coletivo, e isso é possível na cultura brasileira;

Propiciar, ao aluno, a produção sistematizada de seu conhecimento interagindo com a comunidade, por meio de textos informativos;

Divulgar o projeto da unidade escolar Wilson Joffre: *Aventura do conhecimento - Cascavel 2050.*

Justificativa:

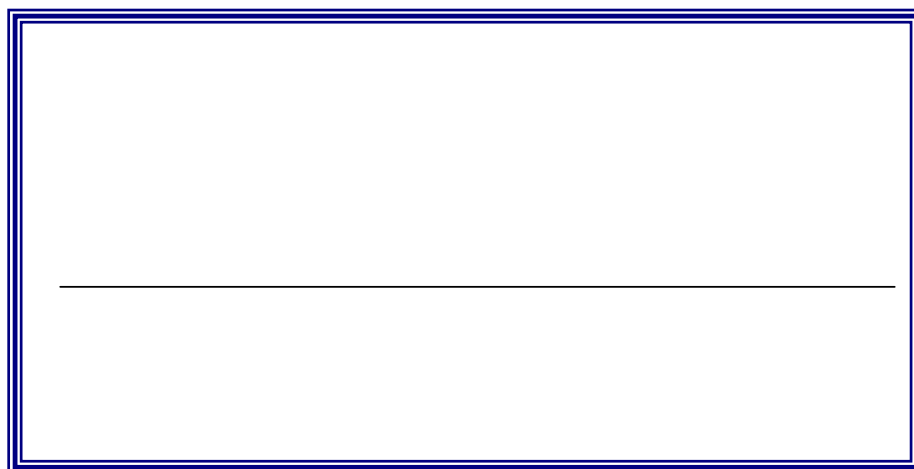
Ao se pensar um projeto de sustentabilidade para um povo, uma nação, uma cidade, uma aldeia é preciso ter presente que estes espaços são feitos por sujeitos historicamente construídos nestas condições, por isso o curso de Técnico em Administração buscará, neste projeto, democratizar saberes de Direito em espaços públicos – ônibus urbanos – possibilitando

conhecimentos inerentes ao cotidiano do cidadão cascavelense, isso deve contribuir a uma sociedade diferente em sua forma de agir e por conseqüência resulta em uma mais igualitária.

Metodologia:

O projeto deve iniciar com a participação das autoridades responsáveis pelo transporte urbano, na autorização para que o projeto se efetive. Então serão criados lotes de 50 cartazes com artigos explicativos, leis, esclarecimentos de Direitos e Deveres mais freqüentes do dia a dia, nas dimensões autorizadas pela CETTRANS. O conteúdo será modificado quinzenalmente. O material será elaborado pelos alunos, com supervisão da professora da disciplina, e terá sua distribuição na CETTRANS pelos alunos. A confecção final, padronizada, ficará a cargo de uma empresa de publicidade, que se buscará o apoio, desde que autorizada pela CETTRANS.

Podemos exemplificar um cartaz, desta forma:



Recursos necessários:

Livros, internet, papel, impressora, computador, tinta. Os recursos financeiros são provenientes dos próprios alunos. No entanto, a confecção final ficará a cargo da empresa de publicidade parceira do projeto.

Avaliação: A avaliação dar-se-á no decorrer da efetivação do projeto.

Cronograma:

Etapas/atividades	Agos.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Apresentação da atividade nas séries	x				
Busca da parceria com a empresa de publicidade		x			
Apresentação da atividade na CETTRANS		x			
Construção da atividade		x			
Pré-apresentação, na escola		x			
Início da divulgação/efetivação do projeto			x		
Avaliação (periódica)			x	x	
Avaliação Final					x

11 REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

- BRASIL. Constituição da Republica Federativa do Brasil. SP: Saraiva: 2007.**
- _____ **Código civil brasileiro – CCB: lei 10.406/02. SP: Saraiva: 2007.**
- _____ **Consolidação das leis do trabalho – CLT: lei 5452/43. SP: Saraiva: 2007.**
- _____ **Código de defesa do consumidor – CDC. SP: Saraiva: 2007.**
- _____ **Código tributário nacional – CTN. SP: Saraiva: 2007.**
- _____ **Estatuto da criança e do adolescente – ECA. SP: Saraiva: 2007.**
- _____ **Estatuto do idoso. SP: Saraiva: 2007.**
- _____ **Legislação previdenciária. SP: Saraiva: 2007.**
- _____ **Legislação ambiental. SP: Saraiva: 2007**
- PALAIA, Nelson. Noções essenciais de direito. 3.ed.: Saraiva: SP: 2005.**
- NUNES, Luiz Antonio Rizzato. Manual de introdução ao estudo do direito. 4.ed.: Saraiva: SP: 2002.**
- BRASIL. Código Civil Brasileiro. 19.ed.: Saraiva: SP: 2004.**
- BRASIL. Vade Mecum. Saraiva: SP: 2006.**
- COTRIM, Euclides L. Direito básico. Curitiba: LBR: 2004.**
- MONTEIRO, Washington de B. Direito civil. SP: Saraiva: 2003.**
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação ao direito do trabalho. SP: LTR: 2004.**
- REQUIÃO, Rubens. Curso de direito comercial. SP: Saraiva: 2003.**
- GIAMBIAGI, Fabio. ALEM, Claudia Ana. Finanças públicas: teoria e prática no brasil. RJ: Campus: 1999.**
- MORAES, Alexandre. Direito administrativo. SP: Atlas: 2006.**
- _____ **Direito constitucional. SP: Atlas: 2006.**
- DOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de direito público e privado. 13. ed.: SP: Saraiva: 2007.**

Data: 31/08/2008

Assinatura do docente proponente

Assinatura da Equipe Pedagógica